

FUNDAÇÃO EDITORA DA UNESP

Presidente do Conselho Curador

Marcos Macàri

Diretor-Presidente

José Castilho Marques Neto

Editor Executivo

Jézio Hernani Bomfim Gutierre

Assessor Editorial

João Luís C. T. Ceccantini

Conselho Editorial Acadêmico

Antonio Celso Ferreira

Cláudio Antonio Rabello Coelho

Elizabeth Berwerth Stucchi

Kester Carrara

Maria do Rosário Longo Mortatti

Maria Encarnação Beltrão Sposito

Maria Heloísa Martins Dias

Mario Fernando Bolognesi

Paulo José Brando Santilli

Roberto André Kraenkel

Editora Assistente

Denise Katchuan Dognini

Roger Chartier

Os desafios da escrita



Tradução

Fulvia M. L. Moretto

UNESP
Editora

© 2002 Roger Chartier
© 2002 da tradução brasileira:
Fundação Editora da UNESP (FEU)
Praça da Sé, 108
01001-900 – São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3242-7171
Fax: (0xx11) 3242-7172
www.editoraunesp.com.br
feu@editora.unesp.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Chartier, Roger

Os desafios da escrita / Roger Chartier; tradução de Fulvia M. L. Moretto. – São Paulo: Editora UNESP, 2002.

Bibliografia.

ISBN 85-7139-390-7

1. Comunicação escrita e impressa 2. Escrita 3. Escritores e editores 4. Leitura 5. Livros e leitura I. Título.

02-1423

CDD-302.2244

Índices para catálogo sistemático:

1. Escrita: Comunicação: Sociologia 302.2244
2. Cultura escrita: Comunicação: Sociologia 302.2244

Editora afiliada:



Asociación de Editoriales Universitarias
de América Latina y el Caribe



Associação Brasileira de
Editoras Universitárias



Sumário

- 7 Apresentação
- 11 Línguas e leituras no mundo digital
- 33 Dom Quixote na tipografia
- 61 A mediação editorial
- 77 O manuscrito na era do texto impresso
- 101 Morte ou transfiguração do leitor?
- 125 Referências bibliográficas

Línguas e leituras no mundo digital¹

*"If English was good enough for Jesus,
it ought to be good enough for the children of Texas."*

(Sentença atribuída a Miriam Ferguson,
ex-governadora do Texas)



Gostaria de iniciar esta reflexão sobre as línguas na época da textualidade eletrônica com duas "fábulas", como escreve seu autor. A primeira indica a duradoura nostalgia diante da perda da unidade lingüística; a segunda apresenta a inquietante figura de sua utópica restauração.

Em "O congresso", que Borges publicou em *O livro de areia* em 1975, um certo Alejandro Ferri, que, como ele mesmo, escreveu um ensaio sobre o

¹ Conferência proferida em 20 de maio de 2001 durante a 10ª Bienal do Livro do Rio de Janeiro.

idioma analítico de John Wilkins, está encarregado de identificar a língua que deveriam ter usado os participantes do Congresso do Mundo “que representaria todos os homens e todas as nações”. Para documentar-se, os instigadores de tal projeto, cuja assembléia na Confitería del Gas é presidida por Dom Alejandro Glencoe, um estancieiro uruguaio, mandam Alejandro Ferri a Londres. Relata ele desta maneira suas investigações:

Hospedei-me em uma módica pensão atrás do Museu Britânico a cuja biblioteca ia pela manhã e à tarde, à procura de um idioma que fosse digno do Congresso do Mundo. Não negligenciei as línguas universais; tomei conhecimento do esperanto – que o Lunário sentimental qualifica como “eqüitativo, simples e econômico” – e do volapuke que deseja explorar todas as possibilidades lingüísticas, declinando os verbos e conjugando os substantivos. Considerei os argumentos, a favor e contra, de ressuscitar o latim, cuja nostalgia não cessou de perdurar após tantos séculos. Mesmo assim, detive-me no exame do idioma analítico de John Wilkins, em que a definição de cada palavra está nas letras que formam. (Borges, 1977a)

Alejandro Ferri considera sucessivamente os três tipos de línguas capazes de superar a infinita diversidade das línguas formais: em primeiro lugar, as línguas artificiais inventadas nos séculos XIX e XX, como o esperanto e o volapuke, que devem assegurar a compreensão e a concórdia entre os povos (Rasmussen, 1996); em segundo, a volta a uma língua que possa desempenhar o papel de um veículo universal da comunicação, como fez o

latim, e, por fim, as línguas formais que prometem, como o propôs em 1668 o “*philosophical language*” de John Wilkins, uma perfeita correspondência entre as palavras, nas quais cada letra é significativa e as categorias, espécies e elementos. Em seu ensaio sobre John Wilkins, publicado em 1952 em *Outras inquisições*, Borges dá um exemplo dessa língua perfeita: “*de* quer dizer elemento, *deb*, o primeiro dos elementos, o fogo; *deba*, uma porção do elemento fogo, uma chama” (1977c). Assim, cada palavra define-se a si mesma e o idioma é uma classificação do universo.

Finalmente, as investigações de Ferri revelam-se inúteis. Reunir um Congresso do Mundo era uma idéia absurda porque esse congresso já existe: é o próprio mundo, como o reconhece Dom Alejandro:

Demorei quatro anos para compreender o que lhes digo agora. A empreitada que iniciamos é tão vasta que abarca – agora o sei – o mundo inteiro. Não são alguns charlatães que se atordoam nos galpões de uma estância perdida. O Congresso do Mundo começou com o primeiro instante do mundo e continuará quando formos pó. Não há um único lugar em que não esteja.

Assim, a busca de um idioma universal é uma idéia inútil, já que o mundo está constituído por uma irreduzível diversidade de lugares, coisas, indivíduos e línguas.

Tentar eliminar uma semelhante multiplicidade significa traçar um porvir inquietante. Em

“Utopia de um homem que está cansado”, publicado também n’*O livro de areia*, o mundo dos tempos futuros, no qual o narrador se perdeu, voltou à unidade lingüística. O visitante do futuro, Eudoro Acevedo, que é professor de letras inglesas e americanas, escritor de contos fantásticos e que tem seu escritório instalado na Rua México, não sabe como se comunicar com o homem alto que encontra na planície: “Tentei diversos idiomas e não nos entendemos. Quando ele falou, o fez em latim. Juntei minhas já longínquas memórias de colegial e preparei-me para o diálogo”. Diz-lhe o homem: “Pela roupa, vejo que vens de outro século. A diversidade das línguas favorecia a diversidade dos povos e também das guerras; a terra voltou ao latim. Alguns temem que volte a degenerar em francês, em limusino ou em papiamento,² porém o risco não é imediato” (Borges, 1977c).

O mundo do futuro, em que não existe mais de uma única língua, é também o mundo do esquecimento, sem museus, sem bibliotecas, sem livros: “A imprensa, agora abolida, foi um dos piores males do homem, já que procurou multiplicar até a vertigem textos desnecessários”, diz o homem sem nome (“Disseste-me que te chamas Eudoro; eu não posso dizer-te como me chamo porque me chamam alguém”). O retorno à unidade lingüística significa, assim, a perda da história, o desaparecimento das identidades e, finalmente, a destrui-

2 Língua crioula de Curaçao. (N. T.)

ção aprovada. Saindo da casa com seus moradores, Eudoro Acevedo descobre um edifício inquietante: “Percebi uma espécie de torre, coroada por uma cúpula. É o crematório – disse alguém. Dentro há a câmara letal. Dizem que foi inventada por um filantropo cujo nome, creio, era Adolf Hitler”. A utopia de um mundo sem diferenças, sem desigualdades, sem passado acaba em uma imagem de morte. Comentando no “Epílogo” os diversos contos reunidos em *O livro de areia*, Borges indica que a fábula do homem cansado é “a peça mais honesta e melancólica da série” – melancólica talvez porque tudo o que nas utopias clássicas parece prometer um futuro melhor, sem guerras, sem pobreza nem riqueza, sem governo nem políticos (“Os políticos tiveram de procurar profissões honestas; alguns foram bons comediantes, ou bons curandeiros”) conduz à perda daquilo que define os seres humanos em sua humanidade: a memória, o nome, a diferença.

Essas diferentes lições borgianas não precisam de pertinência para nos fazer entender nosso presente. De fato, como pensar a língua desse novo “congresso do mundo” tal como é construído pela comunicação eletrônica? Sua possível universalidade é remetida às três formas de idiomas universais encontradas por Alejandro Ferri na British Library. A primeira, que é a mais imediata e evidente, vincula-se ao domínio de uma língua particular, o inglês, como língua de comunicação universalmente aceita, dentro e fora da mídia eletrônica, tanto para as publicações científicas quanto para

os intercâmbios informais da rede. Ela é usada também no controle, por parte das empresas multimídias mais poderosas – isto é, americanas –, do mercado das bases de dados numéricos, dos *web sites* ou da produção e difusão da informação. Como na utopia aterrorizante imaginada por Borges, tal imposição de uma língua única e do modelo cultural que traz consigo pode conduzir à destruição mutiladora das diversidades.

Essa nova colocação da “*questione della lingua*”, como diziam os italianos do Renascimento, de Pietro Bembo a Baldassare Castiglione, que se relaciona com o domínio do inglês, não deve, porém, ocultar duas outras inovações da textualidade eletrônica.

Por um lado, o texto eletrônico reintroduz na escrita alguma coisa das línguas formais que buscavam uma linguagem simbólica capaz de representar adequadamente os procedimentos do pensamento. Era assim que Condorcet chamava a atenção, em *Esquisse d'un tableau historique des progrès de l'esprit humain* (1988), para a necessidade de uma língua comum, apta a formalizar as operações do entendimento e os raciocínios lógicos e que fosse traduzível em cada língua particular. Essa língua universal deveria ser escrita mediante signos convencionais, símbolos, quadros e tabelas, todos esses “métodos técnicos” que permitem captar as relações entre os objetos e as operações cognitivas (Chartier, 1996a). Se Condorcet vinculava estreitamente o uso dessa língua universal à invenção e à difusão da imprensa no mundo contemporâneo, é

em relação com a textualidade eletrônica que se esboça um novo idioma formal imediatamente decifrável por todos. É o caso da invenção dos símbolos, os *emoticons*, como se diz em inglês, que utilizam de maneira pictográfica alguns caracteres do teclado (parênteses, vírgula, ponto e vírgula, dois pontos) para indicar o registro de significado das palavras: alegria :-) tristeza :-(ironia ;-) ira :-@ ... ilustram a procura de uma linguagem não-verbal e que, por essa mesma razão, possa permitir a comunicação universal das emoções e o sentido do discurso.

Por outro lado, é possível dizer que o inglês da comunicação eletrônica é mais uma língua artificial, com vocabulário e sintaxe próprios, do que uma língua particular elevada, como foi antes o latim, à categoria de língua universal. De uma forma mais encoberta do que no caso das línguas inventadas no século XIX, o inglês, transformado em “língua franca” eletrônica, é uma espécie de língua nova que reduz o léxico, simplifica a gramática, inventa palavras e multiplica abreviaturas (do tipo *I ♥ you*). Essa ambigüidade própria de uma língua universal que, por sua vez, tem como matriz uma língua já existente e impõe convenções originais possui três conseqüências.

Em primeiro lugar, reforça a certeza dos norte-americanos na hegemonia de sua língua e na inutilidade da aprendizagem de outras línguas. Há poucos anos, uma governadora do Texas declarou: “*If English was good enough for Jesus, it ought to be good*

Medo dos europeus quanto ao uso do inglês.

enough for the children of Texas".³ E hoje, apenas 8% dos alunos dos colégios ou universidades americanas assistem a aulas de línguas estrangeiras.⁴ Em segundo lugar, esse inglês, mais próximo do vólupte do que do latim, supõe uma aprendizagem particular que não tem por finalidade o conhecimento da língua inglesa, já que, como indica Geoffrey Nunberg (1996, p.254) "*l'anglais que l'on trouve sur le réseau est d'une certaine manière plus difficile que celui qui est exigé pour pouvoir faire des communications formelles*".⁵ E, finalmente, o imperialismo ortográfico do inglês, que desconhece os acentos ou o til, impõe sua supressão às outras línguas quando são escritas ou lidas na tela do computador (cf. Ferreira, 2001, p.55-6).

Dois elementos devem nuançar essas observações. O primeiro diz respeito à diminuição da distância entre a comunidade anglófona e as outras no mundo eletrônico. Em 1994, por exemplo, dois milhões de endereços eletrônicos estavam localizados em países de língua inglesa, contra somente 170 mil nos países de língua francesa (cf. Nunberg, 1996, p.253). Os dados mais recentes mostram que o desenvolvimento da rede levou a uma maior presença dos usuários não-anglófonos e, por

3 "Se o inglês era suficiente para Jesus, deve ser suficiente para as crianças do Texas." (N. T.)

4 *The New York Times*, 16 abr. 2001, p.A1 e A10.

5 "o inglês que encontramos na rede é mais difícil, em certo sentido, do que aquele que é exigido para fazer comunicações formais". (N. T.)

consequente, a uma maior pluralidade lingüística na oferta textual. Porém, o domínio inglês continua forte. Hoje, 47,5% da população *on line* mora em países de língua inglesa, contra 9% para a língua chinesa, 8,6% para o japonês, 6,1% para o alemão, 4,5% para o espanhol, 3,7% para o francês e 2,5% para o português.⁶

Além disso, os progressos no ensino e no conhecimento das línguas estrangeiras na Europa e na América Latina, até mesmo nos Estados Unidos, ocasionaram a possibilidade de comunicação em que cada um pode utilizar sua própria língua e entender a língua do outro. Nessa perspectiva, compartilho plenamente o diagnóstico de Umberto Eco (1994), no que se refere à definição de um poliglotismo moderno quando afirma: "*Le problème de la culture européenne [ou universelle (R.C.)] de l'avenir ne réside certainement pas dans le triomphe du polyglottisme total (celui qui saurait parler toutes les langues serait semblable au Funes el Memorioso de Borges, l'esprit occupé par une infinité d'images), mais dans une communauté de personnes qui peuvent saisir l'esprit, le parfum, l'atmosphère d'une parole différente*".⁷

6 Global Internet Statistics: <http://www.euromktg.com/globstats/index.php3>, 24 abr. 2001.

7 "O problema da cultura européia [ou universal] do futuro não consiste no triunfo de um poliglotismo total (aquele que soubesse falar todas as línguas seria semelhante a Funes, el Memorioso, de Borges, com sua mente ocupada por uma infinidade de imagens), mas sim em uma comunidade de pessoas que podem apreender o espírito, o perfume, o ambiente de uma fala diferente." (N. T.)

O que coloca a necessidade de aprendizados lingüísticos que permitam aos indivíduos, se não falar, pelo menos entender diversas línguas. Tal projeto pedagógico e cívico é o único que pode evitar um domínio absoluto de uma língua única, seja ela qual for.

Monolingüístico ou poliglota, o mundo da comunicação eletrônica é um mundo da superabundância textual cuja oferta ultrapassa a capacidade de apropriação dos leitores. Frequentemente, a literatura tem anunciado a inutilidade da acumulação de livros, o excesso de textos. No mundo utópico de Borges, o diálogo entre Eudoro Acevedo e o homem sem nome do futuro demonstra isso. Folheando um exemplar da edição de 1518 da *Utopia* de Thomas Morus, o primeiro declara: “É um livro impresso. Lá em casa deve haver mais de dois mil, embora não tão antigos nem tão preciosos”. Seu interlocutor ri e responde: “Ninguém pode ler dois mil livros. Nos quatro séculos que vivo não terei passado de meia dúzia. Além disso, o que importa não é ler, mas sim reler”.

Mais de três séculos antes, o diálogo que Lope de Vega imagina em *Fuenteovejuna*, entre Barrildo, o lavrador, e Leonelo, o bacharel de Salamanca, ilustra a mesma desconfiança diante da multiplicação dos livros permitida pela invenção da imprensa – uma invenção recente ao tempo dos inventos narrados na comédia, que aconteceram em 1476. A Barrildo, que elogia os efeitos da imprensa (“Haja vista tantos livros impressos / não há ninguém que sábio não se imagine”), Leonelo respon-

de: “Antes que ignorem mais, sinto por isto / por não se reduzir a breve sùmula, / porque a confusão, com o excesso / os desígnios resolve em vã espuma; / e aquele que de ler tem mais costume, / de ver letrados só está confuso” (Lope de Vega, 1993, vv.901-908, p.87). A multiplicação dos livros tornou-se mais uma fonte de “confusão” do que de saber, e a imprensa, com todo o “excesso” de livros que gerou, não produziu novos gênios: “Sem ela muitos séculos passaram, / e não vemos que neste se levante / um Jerônimo santo, um Agostinho” (vv.928-931, p.88).

Nasce aqui uma pergunta: como pensar a leitura diante de uma oferta textual que a técnica eletrônica multiplica mais ainda do que a invenção da imprensa? Em 1725, Adrien Baillet (1725) escreveu: “*On a sujet d'appréhender que la Multitude des Livres qui augmentent tous les jours d'une manière prodigieuse, ne fasse tomber les siècles suivants dans un état aussi fâcheux qu'était celui où la barbarie avait jeté les précédents depuis la décadence de l'Empire romain*”.⁸ Para comprovar se Baillet tinha razão e se caímos em tal barbárie, temos de distinguir entre diversos registros de mutações ou rupturas introduzidos pela revolução do texto digital. A primeira dessas rupturas refere-se à

8 Devo esta referência a Ann Blair. (R.C.) “Temos razões para temer que a Multidão de Livros que aumenta a cada dia de uma maneira prodigiosa faça cair os séculos seguintes em um estado tão lamentável quanto aquele em que a barbárie lançara os precedentes a partir da decadência do Império Romano.” (N. T.)

Medo do excesso de publicações disponíveis

ordem dos discursos. Na cultura impressa, como a conhecemos, essa ordem se estabelece a partir da relação entre tipos de objetos (os livros, o diário, a revista), categorias de textos e formas de leitura. Tal vinculação está arraigada a uma história de longa duração da cultura escrita e provém da sedimentação de três inovações fundamentais: em primeiro lugar, entre os séculos II e IV, a difusão de um novo tipo de livro, que ainda é o nosso, isto é, o livro composto de folhas e páginas reunidas dentro de uma mesma encadernação que chamamos códex e que substituiu os rolos da Antigüidade grega e romana; em segundo, no final da Idade Média, nos séculos XIV e XV, o aparecimento do "livro unitário", ou seja, a presença, dentro de um mesmo livro manuscrito, de obras compostas em língua vulgar por um único autor (Petrarca, Boccaccio, Christine de Pisan), enquanto antes essa lista caracterizava apenas as autoridades canônicas antigas e cristãs e as obras em latim; e, finalmente, no século XV, a invenção da imprensa, que continua sendo até agora a técnica mais utilizada para a reprodução do escrito e a produção dos livros. Somos herdeiros dessa história tanto para a definição do livro, isto é, ao mesmo tempo um objeto material e uma obra intelectual ou estética identificada pelo nome de seu autor, como para a percepção da cultura escrita e impressa que se baseia em diferenças imediatamente visíveis entre os objetos (cartas, documentos, diários, livros etc.).

É essa ordem dos discursos que se transforma profundamente com a textualidade eletrônica. É

agora um único aparelho, o computador, que faz surgir diante do leitor os diversos tipos de textos tradicionalmente distribuídos entre objetos diferentes. Todos os textos, sejam eles de qualquer gênero, são lidos em um mesmo suporte (a tela do computador) e nas mesmas formas (geralmente as que são decididas pelo leitor). Cria-se assim uma continuidade que não mais diferencia os diversos discursos a partir de sua própria materialidade. Surge disso uma primeira inquietação ou confusão dos leitores, que devem enfrentar o desaparecimento dos critérios imediatos, visíveis, materiais, que lhes permitiam distinguir, classificar e hierarquizar os discursos.

O que se torna mais difícil, contudo, é a percepção da obra como obra. A leitura diante da tela é geralmente descontínua, e busca, a partir de palavras-chave ou rubricas temáticas, o fragmento textual do qual quer apoderar-se (um artigo em um periódico, um capítulo em um livro, uma informação em um *web site*), sem que necessariamente sejam percebidas a identidade e a coerência da totalidade textual que contém esse elemento. Num certo sentido, no mundo digital todas as entidades textuais são como bancos de dados que procuram fragmentos cuja leitura absolutamente não supõe a compreensão ou percepção das obras em sua identidade singular.

Assim, quanto à ordem dos discursos, o mundo eletrônico provoca uma tríplice ruptura: propõe uma nova técnica de difusão da escrita, incita uma nova relação com os textos, impõe-lhes uma nova

Surgimento do códex que substituiu os rolos e permitiu a leitura por partes.

Na tela do computador não lido todos os tipos de discursos

Leitura fragmentada

forma de inscrição. A originalidade e a importância da revolução digital apóiam-se no fato de obrigar o leitor contemporâneo a abandonar todas as heranças que o plasmaram, já que o mundo eletrônico não mais utiliza a imprensa, ignora o "livro unitário" e está alheio à materialidade do códex. É ao mesmo tempo uma revolução da modalidade técnica da produção do escrito, uma revolução da percepção das entidades textuais e uma revolução das estruturas e formas mais fundamentais dos suportes da cultura escrita. Daí a razão do desassossego dos leitores, que devem transformar seus hábitos e percepções, e a dificuldade para entender uma mutação que lança um profundo desafio a todas as categorias que costumamos manejar para descrever o mundo dos livros e a cultura escrita.

Essa revolução modifica, ainda, o que se poderia chamar a ordem das razões, se com isso entendermos as modalidades das argumentações e os critérios ou recursos que o leitor pode mobilizar para aceitá-las ou rechaçá-las. Por um lado, a textualidade eletrônica permite desenvolver as argumentações e demonstrações segundo uma lógica que já não é necessariamente linear nem dedutiva, tal como dá a entender a inscrição de um texto sobre uma página, mas que pode ser aberta, clara e racional graças à multiplicação dos vínculos hipertextuais. Por outro, e como conseqüência, o leitor pode comprovar a validade de qualquer demonstração consultando pessoalmente os textos (mas também as imagens, as palavras gravadas ou composições musicais) que são o objeto da análise se,

evidentemente, estiverem acessíveis numa forma digitalizada. Tal possibilidade modifica profundamente as técnicas clássicas da prova (notas de rodapé, menções, referências), que pressupunham a confiança do leitor no autor, não podendo aquele colocar-se no lugar deste diante dos documentos analisados e utilizados. Nesse sentido, a revolução da textualidade digital constitui também uma mutação epistemológica que transforma as modalidades de construção e crédito dos discursos do saber.

Um terceiro registro de mutações ligadas ao mundo eletrônico refere-se ao que chamo de a ordem das propriedades, tanto em um sentido jurídico – o que fundamenta a propriedade literária e o *copyright* – quanto em um sentido textual – o que define as características ou propriedades dos textos. O texto eletrônico, tal qual o conhecemos, é um texto móvel, maleável, aberto. O leitor pode intervir em seu próprio conteúdo e não somente nos espaços deixados em branco pela composição tipográfica. Pode deslocar, recortar, estender, recompor as unidades textuais das quais se apodera. Nesse processo desaparece a atribuição dos textos ao nome de seu autor, já que estão constantemente modificados por uma escritura coletiva, múltipla, polifônica, que dá realidade ao sonho de Foucault quanto ao desaparecimento desejável da apropriação individual dos discursos – o que ele chamava a "função-autor". Essa mobilidade lança um desafio aos critérios e categorias que, pelo menos desde o século XVIII, identificam as obras com base na sua estabilidade, singularidade e originalidade. O re-

Resumo

O leitor no ciberespaço pode acessar diretamente as referências citadas num texto.

Propriedade de intelectual

Maleabilidade do texto eletrônico

!!!

Chartier em séculos

conhecimento da propriedade do autor sobre sua criação e, por conseguinte, a do editor a quem a vendeu supõe que, como escreveu Blackstone no século XVIII, “*Now the identity of a literary composition consist intirely in the sentiment and language ... and whatever method be taken of conveying that composition to the ear or the eye of another, by recital, by writing, or by printing, in any number of copies or at any period of time, it is always the identical work of the author which is so conveyed*” (apud Rose, 1993, p.89-90).⁹ Está então estabelecido um estreito vínculo entre a identidade singular, estável, reproduzível dos textos e o regime de propriedade que protege os direitos dos autores e dos editores. É essa relação que coloca em questão o mundo digital que propõe textos brandos, ubíquos, palimpsestos.

Tal colocação leva a uma reflexão quanto aos dispositivos que permitirão delimitar, designar e identificar textos estáveis, dotados de uma identidade perpetuada e perceptível no mundo móvel da textualidade digital. Essa reorganização é uma condição para que possam ser protegidos tanto os direitos econômicos e morais dos autores quanto a remuneração ou o rendimento da edição eletrônica. Isso levará, sem dúvida, a uma transformação

9 “Agora, a identidade de uma composição literária reside inteiramente no sentimento e na linguagem ... e seja qual for o método escolhido para a sua transmissão, a recitação, o manuscrito ou o impresso, em qualquer número de exemplares ou em qualquer momento, é sempre a mesma obra do autor que se transmite.” (N. T.)

profunda do mundo eletrônico como o conhecemos agora. Haverá duas formas de publicação: a que vai continuar a oferecer textos abertos, maleáveis, gratuitos, e a que resultará de um trabalho editorial que necessariamente fixará e fechará os textos publicados para o mercado. Talvez dois tipos de aparelhos vão corresponder a cada uma dessas formas: o computador tradicional para a primeira e o *e-book*, que não permite o transporte, a cópia ou a modificação dos textos, para a segunda. Assim, o livro digital seria definido pela oposição à comunicação eletrônica livre e espontânea que autoriza qualquer pessoa a pôr em circulação na rede suas idéias, opiniões ou criações. Reconstituir-se-ia, assim, na textualidade eletrônica, uma ordem dos discursos que permitirá diferenciá-los de acordo com sua identidade e autoridade própria.

A batalha encetada entre os pesquisadores – que cobram o acesso livre e gratuito aos artigos e às revistas científicas, que impõem altos preços de assinatura, até dez mil ou doze mil dólares ao ano, e que multiplicam os dispositivos capazes de impedir a redistribuição eletrônica dos artigos – ilustra hoje a tensão entre as duas lógicas que atravessam o mundo da textualidade digital. Recentemente, quatorze mil pesquisadores, sobretudo no campo das ciências biológicas, assinaram petição exigindo o livre acesso aos textos publicados pelas revistas científicas (www.publiclibraryofscience.org). Como resposta, algumas revistas decidiram permitir esse acesso por dois meses (*Molecular Bio-*

2 lógicas: Textos abertos x Textos fechados
27

Equívoco do autor ao pensar que o texto digital pode ser fechado em e-books!

Se quem sadotes x Pesquisas científicas

logy of the Cell) ou um ano (*Science*) depois da publicação dos artigos.¹⁰

O exemplo das revistas ilustra também a diferença que existe entre a leitura dos “mesmos” artigos quando se deslocam da forma impressa, que situa cada texto particular em uma continuidade física, material, com todos os outros textos publicados no mesmo número, para a forma eletrônica onde são encontrados e lidos a partir das arquiteturas lógicas que hierarquizam campos, temas e rubricas (Nunberg, 1993).

Na primeira leitura, a construção do sentido de cada artigo particular depende, mesmo inconscientemente, da sua relação com os outros textos que o antecedem ou o seguem e que foram reunidos dentro de um mesmo objeto impresso com uma intenção editorial imediatamente perceptível. A segunda leitura age como o idioma analítico de John Wilkins, a partir de uma organização enciclopédica do saber, que propõe ao leitor textos sem outro contexto além daquele de pertencer a uma mesma temática. Num momento em que se discute a possibilidade ou a necessidade de as bibliotecas digitalizarem suas coleções (particularmente os jornais e revistas) tal observação lembra que, por mais fundamental que seja esse projeto de digitalização, ele nunca deve conduzir à rejeição ou à destruição dos objetos impressos do passado.

¹⁰ *Libération*, 14-15 abr. 2001, p.16-7.

Como mostra o livro do romancista Nicholson Baker, *Double Fold: Libraries and the Assault on Paper* (2001), comentado recentemente por Robert Darnton (2001), esse temor não deixa de ter fundamentos. Entre os anos 70 e 90, o Council on Library Resources dos Estados Unidos empreendeu uma política de microfilmagem de jornais e livros dos séculos XIX e XX cujo resultado foi a destruição física de milhões de volumes e de periódicos, com a dupla justificativa de sua preservação em outro suporte e a necessidade de se esvaziar estantes das bibliotecas para receberem as novas aquisições. Essa operação, chamada “*deaccessioning*”, no inglês da biblioteconomia, encontrou sua forma paroxíptica em 1999, quando a British Library decidiu microfilmar e destruir ou vender todas as suas coleções de jornais americanos publicados a partir de 1850. Os compradores foram comerciantes que cortaram os jornais para vender seus números ou artigos como lembranças para aniversariantes. Contudo, antes do escândalo britânico, mudou-se a política das bibliotecas dos Estados Unidos e a “*matança*” anunciada por Nicholson Baker não mais acontece. Mas as perdas foram enormes e irremediáveis, e, com as possibilidades e promessas da digitalização, a ameaça de outra destruição não se afastou definitivamente. Como leitores, como cidadãos, como herdeiros do passado, devemos, pois, exigir que as operações de digitalização não ocasionem o desaparecimento dos objetos originais e que seja sempre mantida a possibilidade de acesso aos textos tais como foram impressos e lidos em sua época.

“Fala-se do desaparecimento do livro; creio que é impossível”, declarou Borges em 1978 (1998, p.9-23). Não teria ele plena razão, uma vez que em seu país havia dois anos desapareciam livros queimados e autores ou editores eram assassinados.¹¹ Porém, seu diagnóstico expressava a confiança na sobrevivência do livro diante dos novos meios de comunicação: o cinema, o disco, a televisão. Podemos sustentar hoje essa certeza? Colocar a questão dessa maneira talvez não designe de forma adequada a realidade de nosso presente caracterizado por uma nova técnica e forma de inscrição, difusão e apropriação dos textos, já que as telas do presente não ignoram a cultura escrita, mas a transmitem.

Ainda não sabemos, contudo, muito bem como essa nova modalidade de leitura transforma a relação dos leitores com o escrito. Sabemos que a leitura do rolo da Antigüidade era uma leitura contínua, que mobilizava o corpo inteiro, que não permitia ao leitor escrever enquanto lia. Sabemos que o códex, manuscrito ou impresso, permitiu gestos inéditos (folhear o livro, citar trechos com precisão, estabelecer índices) e favoreceu uma leitura fragmentada mas que sempre percebia a totalidade da obra, identificada por sua própria materialidade.

Como caracterizar a leitura do texto eletrônico? Para compreendê-la, Antonio Rodriguez de las Heras (1991) formula duas observações que nos

11 Ver o folheto *Un golpe a los libros* (1976-1983). Buenos Aires: Dirección General del Libro y Promoción de la Lectura, s. d.

obrigam a abandonar nossas percepções espontâneas e hábitos herdados. Em primeiro lugar, é preciso considerar que a tela não é uma página, mas sim um espaço de três dimensões, que possui profundidade e que nele os textos brotam sucessivamente do fundo da tela para alcançar a superfície iluminada. Por conseguinte, no espaço digital, é o próprio texto, e não seu suporte, que está dobrado. A leitura do texto eletrônico está concebida nesse caso como desdobramento do texto eletrônico, ou melhor, uma textualidade suave, móvel e infinita.

Tal leitura “dosifica” o texto, como diz Rodriguez de las Heras, sem necessariamente ater-se ao conteúdo de uma página, e pode compor, na tela, ajustes textuais singulares e efêmeros. Tal como na navegação pela rede, é uma leitura descontínua, segmentada, fragmentada. Se é conveniente para as obras de natureza enciclopédica, que nunca foram lidas da primeira à última página, essa leitura parece desorientada ou inadequada diante dos textos cuja apropriação supõe uma leitura contínua e atenta, uma familiaridade com a obra e a percepção do texto como criação original e coerente. O desafio e a incerteza do futuro são remetidos, fundamentalmente, à capacidade do texto desencadernado do mundo digital de superar ou não a tendência ao derramamento que o caracteriza.

Será o texto eletrônico um novo livro de areia cujo número de páginas era infinito, que não se podia ler e que era tão monstruoso que foi sepultado nas úmidas estantes da Biblioteca Nacional na Rua México? (cf. Borges, 1977b). Ou propõe ele

Do perigo do códex as mudanças na leitura. Também foram enormes.

Oliver.
Texto está
mais próximo
das
enciclopédias.

já uma nova e promissora definição do livro capaz de favorecer e enriquecer o diálogo que cada texto estabelece com seu leitor? (cf. Borges, 1997d, p.237-42).

Ninguém sabe a resposta. Mas a cada dia, como leitores, sem o saber, a inventamos.

Dom Quixote na tipografia

“Aqui se imprimen libros.”

(Cervantes, *El ingenioso Hidalgo Don Quijote de la Mancha*, segunda parte, 1615)

Em suas *Panizzi Lectures*, lidas na British Library em 1985, o falecido Don McKenzie (1986, p.4) caracterizou a sociologia dos textos como a “disciplina que estuda textos como formas escritas e os processos de sua transmissão, incluindo sua produção e recepção”. Gostaria de mostrar como, na época moderna, alguns trabalhos literários retomaram tais processos e os aplicaram às técnicas, máquinas e pessoas envolvidas na produção de “textos como formas escritas”.

Vamos seguir Dom Quixote pelas ruas de Barcelona, no capítulo LXII da segunda parte do romance: “*El y Sancho salieron a pasearse. Sucedió, pues, que*

deira interpretação (nos dois sentidos da palavra) do texto, graças a um sistema diversificado de pausas, que marca cinco tempos diferentes, e a introdução de novos sinais, com os pontos de interrogação (cf. Chartier, 1999). Há aqui um exemplo particular das relações que ligam, mais do que separam, as três formas de inscrição e de transmissão dos textos: a oralidade, o manuscrito e o impresso (cf. McKenzie, 1990; Bouza, 2000).

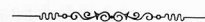
Essas observações, baseadas na leitura de trabalhos recentes, têm como única finalidade situar em um tempo mais longo e nos múltiplos usos do manuscrito a produção, a circulação e a leitura dos manuscritos clandestinos nos séculos XVII e XVIII. Estes são, ao mesmo tempo, uma expressão do vigor e da importância da publicação manuscrita na época do impresso e também os herdeiros de formas e de práticas que caracterizaram, tanto após como antes de Gutenberg, a cultura gráfica do Ocidente.

12 F

Morte ou transfiguração do leitor?¹

“Una literatura difiere de otra ulterior o anterior, menos por el texto que por la manera de ser leída.”

(Jorge Luis Borges, Nota sobre (hacia) Bernard Shaw, in *Otras inquisiciones*, 1952)



Em 1968, num ensaio que se tornou célebre, Roland Barthes (1984) associava a onipotência do leitor e a morte do autor. Destronado de sua antiga soberania pela linguagem, ou melhor, pelas “escrituras múltiplas, providas de várias culturas e que se relacionam em diálogos, em paródias, em contestação”, o autor cedia sua preeminência ao leitor, visto como “este *alguém* que mantém reunidos num mesmo campo todos os traços que

¹ Versão modificada de ensaio publicado em Mollier, J.-Y. (Dir.) *Où va le livre?* Paris: La Dispute, 2000. p.247-57.

constituem o escrito". A posição de leitura era assim compreendida como o espaço no qual o sentido plural, móbil, instável é reunido, em que o texto, seja ele qual for, adquire sua significação.

A essa constatação do nascimento do leitor sucederam os diagnósticos que lavraram seu atestado de óbito. Estes tomaram três formas principais. A primeira remete às transformações das práticas de leitura. Tomemos, por exemplo, a França. De um lado, a comparação dos dados estatísticos recolhidos pelas pesquisas sobre as práticas culturais dos franceses foi convincente, se não quanto ao recuo da porcentagem global dos leitores, pelo menos quanto à diminuição da proporção de "grandes leitores" em cada faixa etária e, particularmente, na dos 19 aos 25 anos (cf. Donnat & Cogneau, 1990; Donnat, 1990; Dumontier et al., 1990; Singly, 1993). De outro, as pesquisas realizadas sobre as leituras dos estudantes permitiram chegar a várias constatações. Se a compra de livros continua a ser, para eles, a forma de acesso mais corrente ao livro, a frequência às bibliotecas universitárias aumentou consideravelmente: mais de 70% entre 1984 e 1990. Entretanto, os estudantes recorrem em massa à fotocópia, à documentação utilizada em cursos ou a trabalhos dirigidos para a circulação de anotações de aula ou para a posterior (e parcial) leitura das obras retiradas de bibliotecas ou emprestadas por amigos. E somente aqueles que escolheram cursos ligados à literatura ou os que têm pais diplomados em ensino superior possuem grande número de livros. Porém, mesmo entre

esses grupos de grandes leitores, o interesse pela constituição de bibliotecas pessoais não é universalmente partilhado – o que assegura o sucesso do mercado de livros eruditos usados.² Enfim, as pesquisas sociológicas dedicadas à faixa etária precedente, entre 15 e 19 anos, registram o recuo da leitura e, sobretudo, o fraco status do livro em sua própria apresentação (cf. Baudelot et al., 1999).

As constatações feitas a partir das políticas editoriais reforçaram a certeza da "crise" da leitura (cf. Renard & Rouet, 1998; Bourdieu, 1999). Se ela não poupa a ficção, é ainda mais duramente sentida na edição de ciências humanas e sociais. Dos dois lados do Atlântico, seus efeitos são parecidos, mesmo que suas causas primárias não sejam exatamente as mesmas. Nos Estados Unidos, o fato essencial é a drástica redução das aquisições de *monographs* nas bibliotecas universitárias cujas verbas são devoradas pelas assinaturas de periódicos, que, em alguns casos, atingem preços consideráveis – entre dez mil e quinze mil dólares por ano. Daí as reticências das editoras universitárias diante da publicação de obras consideradas por demais especializadas: teses de doutoramento, estudos monográficos, livros de erudição etc. (cf. Darn-ton, 1999). Na Europa, essa prudência que limita o número de títulos publicados e suas tiragens provém sobretudo da diminuição do número dos

2 Sobre as práticas de leitura (ou não-leitura) dos estudantes, ver Kletz (1992), Fraisse (1993) e Lahire (1997).

Estatísticas de leitura na França

Perda do status do livro

Muito dinheiro gasto em revistas científicas e pouco sobre aos livros

maiores compradores – que não eram somente universitários – e da redução de suas compras.

Na França, no setor das ciências humanas e sociais, as pesquisas estatísticas – por exemplo, as do Sindicato Nacional da Edição – atestam os recuos da década de 1990: elas dizem respeito ao número global de volumes vendidos (18,2 milhões em 1988; 15,4 milhões em 1996) e ao número de exemplares vendidos por título publicado (2.200 exemplares em 1980; 800 em 1997). Essas fortes quedas acompanharam um crescimento do número de títulos publicados (1.942 em 1988; 3.193 em 1996) que visava ampliar a oferta como paliativo das dificuldades. Elas se traduziram por uma explosão de não-vendidos que pesaram nos balanços financeiros das empresas. É essa a razão das escolhas feitas pelos editores nesses últimos anos: redução do número de títulos publicados, contração das tiragens médias, extrema prudência diante das obras consideradas por demais especializadas e das traduções; preferência concedida aos manuais, aos dicionários e às enciclopédias.

Diante das dificuldades das conjunturas, particularmente agudas para a edição de ciências humanas e sociais, as respostas dos editores reproduzem, num novo contexto, estratégias de discurso e de ação já presentes no século XVIII quando, na Inglaterra e depois na França, o poder político tentou limitar os privilégios tradicionais dos membros da Stationers' Company ou da comunidade dos livreiros e tipógrafos de Paris. Em ambos os casos, três pontos caracterizam as posições toma-

Reações dos editores frente
104
às quedas das vendas de livros

das pelos editores: em primeiro lugar, uma atitude ambivalente em relação ao poder político, acusado de ser o principal responsável pelas dificuldades de uma atividade comercial privada e, por essa razão, interpelado como o único capaz de a elas pôr fim, tomando para isso medidas apropriadas; em segundo, a invocação de princípios gerais destinados a justificar reivindicações particulares (por exemplo, fazer reconhecer, hoje, que o acesso à cultura escrita deve ter um preço, assim como outras práticas culturais); enfim, pôr em relevo a figura e os direitos dos autores para fundar as reivindicações dos editores (como na campanha pelo direito de empréstimo nas bibliotecas). Essa constatação não visa negar as dificuldades reais da edição no setor de humanidades e de ciências sociais, mas sim considerar numa perspectiva de longa duração as estratégias usadas pela profissão para enfrentá-las: isto é, a invenção ou a mobilização dos autores proprietários de suas obras, a afirmação de princípios dotados de universalidade e o apelo à ajuda ou à regulamentação estatal.

Numa terceira perspectiva, a morte do leitor e o desaparecimento da leitura são pensados como a conseqüência inelutável da civilização da tela, do triunfo das imagens e da comunicação eletrônica. É esse último diagnóstico que gostaria de discutir aqui. As telas do nosso século são, de fato, de um novo tipo. Diferentemente das do cinema ou da televisão, trazem textos – não somente textos, é evidente, mas também textos. A antiga oposição entre, de um lado, o livro, a escrita, a leitura, e, de

NTCs
e
textos

outro, a tela e a imagem é substituída por uma nova situação que propõe um novo suporte para a cultura escrita e uma nova forma para o livro (cf. Zilberman, 2001). Daí o elo, extremamente paradoxal, estabelecido entre a terceira revolução do livro, que transforma as modalidades de inscrição e de transmissão dos textos como o haviam feito antes a invenção do códex, depois a da imprensa, e a temática obsidiante da “morte do leitor”. Compreender essa contradição supõe olhar para trás e medir os efeitos das precedentes revoluções que afetaram os suportes da cultura escrita.

No século IV da era cristã, uma nova forma de livro impôs-se definitivamente, em detrimento daquela que era familiar aos leitores gregos e romanos. O códex, isto é, um livro composto de folhas dobradas, reunidas e encadernadas, suplantou progressiva mas inelutavelmente os rolos que até então haviam carregado a cultura escrita. Com a nova materialidade do livro, gestos impossíveis tornavam-se comuns: assim, escrever enquanto se lê, folhear uma obra, encontrar um dado trecho. Os dispositivos próprios do códex transformaram profundamente os usos dos textos. A invenção da página, as localizações garantidas pela paginação e pela indexação, a nova relação estabelecida entre a obra e o objeto que é o suporte de sua transmissão tornaram possível uma relação inédita entre o leitor e seus livros.

Devemos pensar que nos encontramos às vésperas de uma semelhante mutação e que o livro eletrônico irá substituir ou já está substituindo o

códex impresso, tal como o conhecemos em suas diversas formas: livro, revista, jornal? Talvez. Porém, o mais provável para as próximas décadas é a coexistência, que não será forçosamente pacífica, entre as duas formas do livro e os três modos de inscrição e de comunicação dos textos: a escrita manuscrita, a publicação impressa, a textualidade eletrônica. Essa hipótese é certamente mais sensata do que as lamentações sobre a irremediável perda da cultura escrita ou os entusiasmos sem prudência que anunciavam a entrada imediata de uma nova era da comunicação.

Essa provável coexistência convida-nos a refletir na nova forma de construção dos discursos eruditos e nas modalidades específicas de suas leituras permitidas pelo livro eletrônico. Este último não pode ser a simples substituição de um suporte por outro para obras que permaneceriam concebidas e escritas na antiga lógica do códex. Se as “formas têm um efeito sobre os sentidos”, como escrevia D. F. McKenzie (1991, p.4), os livros eletrônicos organizam de uma nova maneira a relação entre a demonstração e as fontes, a organização da argumentação e os critérios da prova. Escrever ou ler essa nova espécie de livro supõe desligar-se dos hábitos adquiridos e transformar as técnicas de validação do discurso erudito sobre as quais os historiadores começaram recentemente a escrever a história e a avaliar os efeitos: como a citação, a nota de pé de página (cf. Grafton, 1998) ou o que Michel de Certeau (1987, p.79) chamava, depois de Condillac, a “língua dos cálculos”. Cada uma

Hipótese
convivên-
cia entre
os 3 tipos
de inscri-
ção de
textos

livro
eletrônico
tb possui
suas
particula-
ridades.

Mudança
nas
formas de
citação
e notas
no novo
meio
eletrônico

A mudança para o
códex trouxe novos usos.
O códex substituiu
os rolos e pergaminhos

dessas maneiras de provar a validade de uma análise é profundamente modificada visto que o autor pode desenvolver sua argumentação segundo uma lógica que não é mais necessariamente linear e dedutiva, mas sim aberta, expandida e relacional,³ pois o próprio leitor pode consultar os documentos (arquivos, imagens, palavras, música) que são os objetos ou os instrumentos da pesquisa.⁴ Nesse sentido, a revolução das modalidades de produção e de transmissão dos textos é também uma mutação epistemológica fundamental.⁵

Uma vez estabelecido o predomínio do códex, os autores integraram a lógica de sua materialidade na própria construção de suas obras – por exemplo, dividindo o que era antes a matéria textual de vários rolos em livros, partes ou capítulos de um discurso único, contido em uma única obra. De maneira semelhante, as possibilidades (ou as coerções) do livro eletrônico convidam a organizar de forma diferente o que o livro, que é ainda o nosso, distribui de forma necessariamente linear e seqüencial. O hipertexto e a hiperleitura que ele per-

3 Para novas possibilidades argumentativas oferecidas pelo texto eletrônico, ver Kolb (1994, p.144-61) e Douglas (1988).

4 Para um exemplo de possíveis elos entre demonstração histórica e fontes documentais, ver as formas impressa e eletrônica do artigo de Darnton (2000) e AHR web page: www.indiana.edu/ahr/

5 Ver, a título de exemplo, para a física teórica, Veja (2000, esp. p.181-231); para a filologia, Blecua et al. (1999) e Tyvaert (2000).

mite e produz transformam as relações possíveis entre as imagens, os sons e os textos associados de maneira não-linear, mediante conexões eletrônicas, assim como as ligações realizadas entre os textos fluidos em seus contornos e em número virtualmente ilimitado.⁶ Nesse mundo textual sem fronteiras, a noção essencial torna-se a do elo, pensado como a operação que relaciona as unidades textuais recortadas para a leitura. Assim, é fundamentalmente a própria noção de “livro” que é posta em questão pela textualidade eletrônica. Na cultura impressa, uma percepção imediata associa um tipo de objeto, uma classe de textos e usos particulares. A ordem dos discursos é assim estabelecida a partir da materialidade própria de seus suportes: a carta, o jornal, a revista, o livro, o arquivo etc. Isso não acontece mais no mundo digital, onde os textos, sejam eles quais forem, são entregues à leitura num mesmo suporte (a tela do computador) e nas mesmas formas (geralmente as que são decididas pelo leitor). É assim criada uma continuidade que não mais distingue os diferentes gêneros ou repertórios textuais que se tornaram semelhantes em sua aparência e equivalentes em suas autoridades. Daí a inquietação de nosso tempo diante da extinção dos critérios antigos que permitiam distinguir, classificar e hierarquizar os discursos. Não é pequeno seu efeito sobre a pró-

6 Para as definições de hipertexto e de hiperleitura, ver Bolter (1991), Landow (1992 e 1997), Snyder (1996), Burbules (1988) e Las Heras (1991).

Novas possibilidades do texto eletrônico

O texto eletrônico pode usar a não linearidade

Todos os suportes textuais se reúnem no texto eletrônico

Calm os critérios de classificação dos discursos

pria definição de “livro” tal como o compreendemos, tanto um objeto específico, diferente de outros suportes do escrito, como uma obra cujas coerência e completude resultam de uma intenção intelectual ou estética. A técnica digital entra em choque com esse modo de identificação do livro pois torna os textos móveis, maleáveis, abertos, e confere formas quase idênticas a todas as produções escritas: correio eletrônico, bases de dados, sites da Internet, livros etc.

Daí a reflexão lançada para as categorias intelectuais e os dispositivos técnicos que permitirão perceber e designar alguns textos eletrônicos como “livros”, isto é, como unidades textuais dotadas de uma identidade própria. Essa reorganização do mundo do escrito em sua forma digital é uma preliminar para que possa ser organizado o acesso pago por linha e ser protegido o direito moral e econômico do autor (cf. Compagnon, 2000). Esse reconhecimento, baseado na aliança sempre necessária e sempre conflituosa entre editores e autores, certamente levará a uma transformação profunda do mundo eletrônico tal qual o conhecemos. As *securities* destinadas a proteger certas obras (livros singulares ou bases de dados) e que se tornaram mais eficazes com o *e-book* certamente irão se multiplicar e assim fixar, imobilizar e fechar os textos publicados eletronicamente (cf. Clément, 2000). Há aqui uma evolução previsível que definirá o “livro” e outros textos digitais por oposição à comunicação eletrônica livre e espontânea que autoriza qualquer pessoa a pôr em circulação na Web suas

próprias reflexões ou criações. A divisão estabelecida desse modo corre o risco de uma hegemonia econômica e cultural imposta pelas mais poderosas das empresas multimídias e pelos donos do mercado dos computadores. Mas ela pode levar também, com a condição de ser controlada, à reconstrução, dentro da textualidade eletrônica, de uma ordem dos discursos que permita distingui-los segundo a modalidade de suas “publicações” espontâneas ou controladas, a identidade de seus gêneros e seus graus de autoridade.

Outro fato que pode, em médio ou longo prazo, conturbar o mundo digital provém da possibilidade, que se torna pensável pelo aperfeiçoamento de uma tinta e de um “papel” eletrônico, de separar a transmissão dos textos eletrônicos do computador (PC, *notebook* ou *e-book*). Graças ao processo aperfeiçoado pelos pesquisadores do MIT, qualquer objeto (incluindo o livro como ainda o conhecemos, com suas folhas e suas páginas) poderia tornar-se o suporte de um livro ou de uma biblioteca eletrônica, com a condição de estar munido de um microprocessador (ou de ser *downloaded* na Internet) e de suas páginas receberem a tinta eletrônica que permite trazer sucessivamente para uma mesma superfície textos diferentes (cf. LeLoarer, 2000). Pela primeira vez, o texto eletrônico poderia assim emancipar-se das coerções próprias das telas que nos são familiares, o que viria romper o elo estabelecido (para maior lucro de algumas pessoas) entre o comércio das máquinas eletrônicas e a edição *on line*.

Mesmo sem projetar-se num futuro ainda hipotético e pensando o "livro" eletrônico em suas formas e seus suportes atuais, permanece uma questão: a da capacidade que teria esse novo livro para encontrar ou produzir seus leitores. De um lado, a longa história da leitura mostra com firmeza que as mutações na ordem das práticas são geralmente mais lentas do que as revoluções das técnicas e sempre em defasagem em relação a elas. Da invenção da imprensa não decorreram imediatamente novas maneiras de ler. Do mesmo modo, as categorias intelectuais que associamos ao mundo dos textos perdurarão diante das novas formas do livro. Lembremos que após a invenção do códex e o desaparecimento do rolo, o "livro", entendido como uma simples divisão do discurso, correspondia muitas vezes à matéria textual contida num antigo rolo.

De outro lado, a revolução eletrônica, que parece repentinamente universal, pode também aprofundar, e não reduzir, as desigualdades. É grande o risco de um novo "iletrismo", definido não mais pela incapacidade de ler e escrever, mas pela impossibilidade de aceder às novas formas da transmissão do escrito – que não são baratas, longe disso (cf. Ferreiro, 2001, p.24-5). A correspondência eletrônica entre o autor e seus leitores, transformados em co-autores de um livro nunca acabado mas sim continuado por meio de seus comentários e suas intervenções, confere uma nova formulação a uma relação, desejada por certos autores antigos, mas dificultada pelas coerções próprias da edição

impresa. Essa promessa de uma relação mais fácil e mais imediata entre a obra e sua leitura é sedutora, porém não deve levar a esquecer que os leitores (e co-autores) potenciais dos livros eletrônicos são ainda minoritários. São ainda grandes as defasagens entre a obsidiante presença da revolução eletrônica nos discursos (inclusive neste...) e a realidade das práticas de leituras que permanecem maciçamente ligadas aos objetos impressos e só exploram muito parcialmente as possibilidades oferecidas pelo digital. Devemos ser bastante lúcidos para não tomarmos o virtual por um real já presente.

A originalidade – talvez inquietante – de nosso presente vem do fato de as diferentes revoluções da cultura escrita, que no passado haviam sido separadas, se desenrolarem simultaneamente. A revolução do texto eletrônico é, de fato, ao mesmo tempo, uma revolução da técnica de produção dos textos, uma revolução do suporte do escrito e uma revolução das práticas de leitura. São elas caracterizadas simultaneamente por três pontos fundamentais que transformam profundamente nossa relação com a cultura escrita. Em primeiro lugar, a apresentação eletrônica do escrito modifica radicalmente a noção de contexto e, ainda, o próprio processo da construção do sentido. Ela substitui a contigüidade física que aproxima os diferentes textos copiados ou impressos num mesmo livro pela sua distribuição móvel nas arquiteturas lógicas que comandam as bases de dados e as coleções digitalizadas. Além disso, ela redefine a materiali-

dade das obras porque desfaz o elo imediatamente visível que une o texto e o objeto que o contém e porque proporciona ao leitor, e não mais ao autor ou ao editor, o domínio da composição, o recorte e a própria aparência das unidades textuais que ele deseja ler. É, assim, todo o sistema de percepção e de manejo dos textos que é transformado. Enfim, ao ler na tela, o leitor contemporâneo reencontra algo da postura do leitor da Antigüidade, mas – e a diferença não é pequena – ele lê um rolo que em geral se desenrola verticalmente e que é dotado de todos os pontos de referência próprios da forma do livro, desde os primeiros séculos da era cristã: paginação, índice, tabelas etc. O cruzamento das duas lógicas que regulamentaram os usos dos suportes precedentes do escrito (o *volumen*, depois o *códex*) define de fato uma relação com o texto totalmente original.

Apoiado em tais mutações, o texto eletrônico pode conferir realidade aos sonhos, sempre inacabados, de totalização do saber que o precederam. Tal como a biblioteca de Alexandria, ele promete a universal disponibilidade de todos os textos já escritos, de todos os livros já publicados (cf. Canfora, 1986, 1988a/b; Jacob, 1996 e 2000). Como a prática dos lugares-comuns na Renascença,⁷ ele pede a colaboração do leitor que agora pode escrever pessoalmente no livro; por conseguinte, na biblioteca sem muros do escrito eletrônico. Como o

7 Sobre a técnica dos lugares-comuns na Renascença, ver as obras de Goyet (1996), Blair (1997) e Moss (1996).

projeto das Luzes, ele desenha um espaço público ideal em que, como pensava Kant (1991), pode e deve desenrolar-se livremente, sem restrições nem exclusões, o uso público da razão, “aquele que se faz enquanto *erudito* para o conjunto do *público leitor*”, aquele que autoriza cada cidadão “em sua qualidade de *erudito* a fazer publicamente, isto é, por escrito, suas observações sobre os defeitos da antiga instituição” (p.71-86).

Assim como na era do impresso, mas com uma maior força, a época do texto eletrônico é atravessada por tensões maiores entre diferentes futuros: a multiplicação de comunidades separadas, desunidas, cimentadas por seus usos específicos das novas técnicas, o embargo e o controle das mais poderosas empresas multimídias sobre a constituição das bases de dados digitais e a produção ou a circulação de informação, ou a constituição de um público universal, definido pela possível participação de cada um de seus membros no exame crítico dos discursos permutados.⁸ A comunicação a distância livre e imediata, autorizada pelas redes, pode trazer uma ou outra dessas virtualidades. Pode levar à perda de qualquer referência comum, à separação das identidades, à exacerbação dos particularismos. Pode, inversamente, impor a hegemonia de um modelo cultural único e a destruição, sempre mutiladora, das diversidades. Mas pode também trazer uma nova modalidade de constituição e de

8 Essas diferentes possibilidades são discutidas em Lanham (1993), Tapscott (1996) e Cebrián (1998).

O Texto eletrônico possui elementos do Códex e do rolo juntos.

Sonhos de reunir todos os textos em um lugar só.

comunicação dos conhecimentos, que não seria mais apenas o registro de ciências já estabelecidas, mas, igualmente, à maneira das correspondências ou dos periódicos da antiga República das Letras (cf. Goldgar, 1995), uma construção coletiva do conhecimento por meio da permuta dos saberes, das perícias e das sabedorias. Se a nova navegação enciclopédica recebe a todos em suas naves, ela poderia conferir plena realidade à expectativa de universalidade que sempre acompanhou os esforços feitos para encerrar a multidão das coisas e das palavras na ordem dos discursos.

Construção coletiva dos saberes.

Não basta colocar o livro tal como é na internet e preciso revisar e refazer sua lógica.

Mas o livro eletrônico deve definir-se em reação às práticas atuais que muitas vezes se contentam em pôr na Web os textos brutos que não foram nem pensados, em relação à nova forma de suas transmissões, nem submetidos a nenhum trabalho de correção ou de edição. Defender a utilização das novas técnicas postas a serviço da publicação dos saberes significa, portanto, guardar-se das facilidades preguiçosas da eletrônica e instigar a dar formas mais rigorosamente controladas aos discursos de conhecimento, assim como às permutas entre os indivíduos. As incertezas e conflitos quanto à civilidade (ou à incivilidade) epistolar, às convenções languageiras e às relações entre o público e o privado tais como são redefinidos pelos usos do correio eletrônico ilustram essa exigência.⁹

⁹ Sobre o correio eletrônico, ver Bru (1993), Moran & Hawisher (1988) e Melançon (1996).

São esses mesmos interesses que tornam urgente uma reflexão ao mesmo tempo histórica e filosófica, sociológica e jurídica, capaz de explicar desvios hoje manifestos e cada vez maiores entre o repertório das noções manejadas para descrever ou organizar a cultura escrita nas formas que lhe são próprias desde a invenção do códex nos primeiros séculos de nossa era e as novas maneiras de escrever, de publicar e de ler que implica a modalidade eletrônica de produção, disseminação e apropriação dos textos (cf. O'Donnell, 1998). Chegou, portanto, o momento de redefinir as categorias jurídicas (propriedade literária, *copyright*, direitos de autor) (cf. Jaszi, 1994; Ginsburg, 1993; Grusin, 1994), estéticas (originalidade, singularidade, criação), administrativas (depósito legal, biblioteca nacional) ou biblioteconômicas (catalogação, classificação ou descrição bibliográfica) (cf. Laufer, 1996) que foram todas pensadas e construídas em relação com uma cultura escrita cujos objetos eram totalmente diferentes dos textos eletrônicos.

O novo suporte do escrito não significa o fim do livro ou a morte do leitor. O contrário, talvez. Porém, ele impõe uma redistribuição dos papéis na "economia da escrita", a concorrência (ou a complementaridade) entre diversos suportes dos discursos e uma nova relação, tanto física quanto intelectual e estética, com o mundo dos textos. O texto eletrônico, em todas as suas formas, poderá construir o que não puderam nem o alfabeto, apesar da virtude democrática que lhe atribuía Vico (1993, 1994), nem a imprensa, apesar da universa-

Pontos para se repensar

Eletrônica elimina o livro?

Cada um possui suas particularidades.

lidade que lhe reconhecia Condorcet (1988), isto é, construir a partir do intercâmbio do escrito um espaço público no qual todos possam participar?

Como, então, situar o papel das bibliotecas nessas profundas mutações da cultura escrita? Apoiado nas possibilidades oferecidas pelas novas técnicas, nosso século que está começando pode esperar superar a contradição que assediou de modo durável a relação do Ocidente com o livro. O sonho da biblioteca universal exprimiu por muito tempo o desejo exasperado de capturar, por meio de uma acumulação sem defeito, sem lacuna, todos os textos já escritos, todos os saberes constituídos. Mas a decepção sempre acompanhou essa expectativa de universalidade, visto que todas as coleções, por mais ricas que fossem, somente podiam dar uma imagem parcial, mutilada, da exaustividade necessária.

Essa tensão deve estar inscrita na longuíssima duração das atitudes para com o escrito. A primeira é baseada no medo da perda, ou da lacuna. Foi ela que comandou todos os gestos que visavam salvaguardar o patrimônio escrito da humanidade: a procura dos textos antigos, a cópia dos livros mais preciosos, a impressão dos manuscritos, a edificação das grandes bibliotecas, a compilação dessas "bibliotecas sem muros" que são as coleções de textos, os catálogos ou as enciclopédias (cf. Chartier, 1996b). Contra os desaparecimentos sempre possíveis, trata-se de recolher, fixar e preservar. Mas a tarefa, que nunca termina, é ameaçada por outro perigo: o excesso. A multiplicação da pró-

Preservação dos textos antigos em raros X Seleção de textos frente ao excesso

dução manuscrita, depois impressa, foi logo percebida como um terrível perigo. A proliferação pode tornar-se caos e a abundância, obstáculo ao conhecimento. Para dominá-las, são necessários instrumentos capazes de selecionar, classificar, hierarquizar. Essas organizações foram a tarefa de múltiplos atores: os próprios autores que julgam seus pares e seus predecessores, os poderes que censuram e subvencionam, os editores que publicam (ou recusam publicar), as instituições que consagram e excluem e as bibliotecas que conservam ou ignoram.

Diante dessa dupla ansiedade, entre perda e excesso, a biblioteca de amanhã – ou de hoje – pode desempenhar um papel decisivo. Evidentemente, a revolução eletrônica pareceu significar seu fim. A comunicação a distância dos textos eletrônicos torna pensável, se não possível, a universal disponibilidade do patrimônio escrito, ao mesmo tempo que não impõe mais a biblioteca como o espaço de conservação e de comunicação desse patrimônio. Qualquer leitor, seja qual for o site de sua leitura, poderia receber qualquer um dos textos que constituem tal biblioteca sem paredes e mesmo sem localização, onde estariam idealmente presentes, de forma digital, todos os livros da humanidade.

O sonho é sedutor. Mas não deve nos desencaminhar. Em primeiro lugar, é preciso lembrar com insistência que a conversão eletrônica de todos os textos, cuja existência não começa com a informática, não deve absolutamente significar a rejeição, o esquecimento ou, o que é pior, a destruição dos

Nunca se consegue fazer a biblioteca universal.

Modos de seleção de textos (classificações e exclusões)

Biblioteca universal

Digitalizar sem destruir o superior original.

manuscritos ou dos impressos que antes lhes haviam servido de suporte. Mais do que nunca, talvez, uma das tarefas essenciais das bibliotecas é coletar, proteger, recensar e tornar acessíveis os objetos escritos do passado. Se as obras que eles transmitiram não fossem mais comunicadas, se fossem até mesmo conservadas apenas em forma eletrônica, haveria grande risco de ver perdida a inteligibilidade de uma cultura textual identificada aos objetos que a transmitiram. A biblioteca do futuro deve, portanto, ser esse espaço em que serão mantidos o conhecimento e a convivência da cultura escrita nas formas que foram e são ainda hoje majoritariamente as suas.

As bibliotecas deverão ser igualmente um instrumento em que os novos leitores poderão encontrar seu caminho dentro do mundo digital que apaga as diferenças entre os tipos e os usos dos textos e que estabelece uma equivalência generalizada entre suas autoridades. Atenta às necessidades e ao desassossego dos leitores, a biblioteca está em condições de desempenhar um papel essencial na aprendizagem dos instrumentos e das técnicas capazes de assegurar, aos menos preparados dos leitores, o domínio das novas formas do escrito. Assim como a presença da Internet em cada escola não faz desaparecer por si mesma as dificuldades cognitivas do processo da entrada no escrito (cf. Ferreira, 2001, p.19), também a comunicação eletrônica dos textos não transmite por si mesma o saber necessário à sua compreensão e utilização. Pelo contrário, o leitor-navegador do digital corre

o grande risco de perder-se totalmente em arquipelagos textuais (cf. Berring, 1995).

Enfim, uma terceira ambição para as bibliotecas do futuro poderia ser reconstituir ao redor do livro as sociabilidades que perdemos. A longa história da leitura ensina que ela se tornou, no decorrer dos séculos, uma prática silenciosa e solitária, destruindo cada vez mais as participações ao redor do escrito que cimentaram de modo permanente as existências familiares, as sociabilidades amigáveis, as assembléias eruditas ou os engajamentos militantes. Em um mundo em que a leitura se identificou com uma relação pessoal, íntima, privada com o livro, as bibliotecas (paradoxalmente talvez, já que foram elas as primeiras, na época medieval, a exigir o silêncio dos leitores...) devem multiplicar as ocasiões e as formas de tomar a palavra ao redor do patrimônio escrito e da criação intelectual e estética. Nesse ponto, elas podem contribuir para a construção de um espaço público extenso, na escala da humanidade.

Como indicava Walter Benjamin (1971), as técnicas de reprodução dos textos ou imagens não são em si mesmas nem boas nem perversas. Daí o seu diagnóstico ambivalente sobre os efeitos de sua “reprodução mecanizada”. De um lado, essa última assegurou, em escala desconhecida até então, a “estetização da política prática”: “Com o progresso dos aparelhos, que permite fazer ouvir a um número indefinido de ouvintes o discurso do orador no momento em que fala e difundir pouco depois a sua imagem diante de um público indefi-

Biblioteca como
local de preservação
do suporte impresso

nido de espectadores, o essencial torna-se a apresentação do homem político diante do próprio aparelho. Essa nova técnica esvazia os parlamentos assim como esvazia os teatros”. De outro, o desaparecimento da distinção entre o criador e o público (“A competência literária não repousa mais numa formação especializada, mas sim numa multiplicidade de técnicas e se torna, desse modo, um bem comum”), a ruína dos conceitos tradicionais mobilizados para designar as obras e, finalmente, a contabilidade entre o exercício crítico e o prazer do divertimento (“O público das salas escuras é de fato um examinador, mas um examinador que se distrai”). São todos eles elementos que abrem uma possibilidade alternativa. À “estetização da política” que serve aos poderes opressivos pode corresponder de fato uma “política da estética” portadora da emancipação dos povos.

Seja qual for a sua pertinência histórica, certamente discutível, essa constatação marca com exatidão a pluralidade dos usos que podem se apropriar de uma mesma técnica. Não há determinismo técnico que venha inscrever nos próprios aparelhos uma significação obrigatória e única. “À violência que se faz às massas quando se lhe impõe o culto de um chefe corresponde a violência *que sofre uma aparelhagem*, quando é ela mesma colocada ao serviço dessa religião.” A observação não é destituída de importância nos debates estabelecidos quanto aos efeitos que a disseminação eletrônica dos discursos já tem, e terá mais ainda no futuro, sobre a definição conceitual e a realidade social do espaço

público, no qual se permutam as informações e em que se constroem os saberes (cf. Nunberg, 1993).

Num futuro que já é o nosso presente, esses efeitos serão o que, coletivamente, dele saberemos fazer. Para o melhor ou para o pior. Tal é hoje nossa responsabilidade comum.